



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico

NOTA TÉCNICA

Nº do Processo: 020.00011836/2023-60

Interessado: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE,
INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

Assunto: Minuta de Regimento Interno do Conselho Deliberativo da
URAE 1 - Sudeste.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Trata-se de Nota Técnica elaborada pela Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico – SRSB, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, com o objetivo de apresentar os fundamentos que subsidiam a elaboração da minuta do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário 1 – URAE 1 – Sudeste, a fim de disciplinar e possibilitar a implementação efetiva da governança interfederativa no âmbito da respectiva URAE.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Constituição Federal e Constituição Estadual.
- Lei Federal nº 11.445/2007 – Marco Legal do Saneamento Básico.
- Lei Federal nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento Básico.
- Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole.
- Lei Estadual nº 17.383/2021 – Regionalização dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo por meio das URAES.
- Lei Estadual nº 17.853/2023 – Desestatização da SABESP.
- Decreto Estadual nº 66.289/2021 e Decreto Estadual nº 67.880/2023 – Regulamentação da Lei estadual nº 17.383/2021 – Regionalização dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo por meio das URAES.

3. HISTÓRICO

3.1. A atualização do marco regulatório do saneamento básico buscou impulsionar a prestação de forma regionalizada para atingir as metas de universalização definidas para o setor, a saber, a universalização do atendimento de 99% da população com água potável e 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. O modelo de prestação regionalizada tornou-se um dos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, visando à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços.

3.2. O incentivo à regionalização decorreu da própria configuração da estrutura federativa brasileira. Com aproximadamente 5.570 Municípios, apenas 50 deles possuem mais de 400.000 habitantes. Ou seja, a maioria dos Municípios é de menor porte, com menor capacidade para prover recursos financeiros, técnicos e humanos para prestar e fiscalizar satisfatoriamente o serviço de saneamento básico. Ainda, os cursos d'água normalmente perpassam mais de um município, o que demanda um olhar macro para construção de soluções estruturantes tanto a nível local quanto regional.

3.3. Segundo levantamento feito pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS em 2021, em média, 84,2% da população brasileira é abastecida com água e 51,2% do esgoto gerado é tratado.

3.4. Assim, o incentivo à regionalização tem como objetivo promover os seguintes benefícios: (i) coordenação e articulação interfederativa; (ii) investimentos e redução de custos; (iii) economias de escala; e (iv) atratividade de investimentos.

3.5. Nesse contexto, o Estado de São Paulo editou a Lei nº 17.383/2021 que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, em linha com a proposta de regionalização do novo marco regulatório do setor. Referida lei tem como objetivo a uniformização do planejamento, da regulação e da fiscalização dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, visando à geração de ganhos de escala, à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, bem como ao atendimento adequado das exigências de higiene e saúde pública dos municípios integrantes de tais unidades regionais.

3.6. A fim de regulamentar a Lei Estadual nº 17.383/2021, foi publicado o Decreto Estadual nº 66.289/2021 disciplinando a adesão dos Municípios às respectivas Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário – URAEs e a estrutura governança interfederativa mencionada naquela lei.

3.7. Mais especificamente, o artigo 5º da Lei Estadual nº 17.383/2021 dispõe que a governança interfederativa das URAEs observará o disposto na Lei Federal nº 13.089/2015 (“Estatuto da Metrópole”), e compreenderá em sua estrutura básica: (i) instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes da respectiva URAE; (ii) instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; (iii) organização pública com funções técnico-consultivas; e (iv) sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

3.8. Diante da não implementação efetiva das estruturas regionalizadas, foi publicado o Decreto Estadual nº 67.880/2023, que alterou as disposições do Decreto Estadual nº 66.289/2021, com o objetivo de concretizar a proposta de regionalização vislumbrada inicialmente pela Lei Estadual nº 17.383/2021.

3.9. Nesse sentido, o Decreto Estadual nº 67.880/2023 busca empregar esforços na antecipação da meta de universalização dos serviços de saneamento básico e aprimorar a governança do setor no Estado de São Paulo, a partir do fomento à prestação regionalizada dos serviços com vistas à viabilidade econômico-financeira, da participação da sociedade civil no processo de elaboração e implementação das políticas públicas.

3.10. Dessa forma, a regionalização da prestação dos serviços busca estimular a viabilidade técnica e econômico-financeira, com ganhos de escala e de eficiência, a fim de assegurar a universalização dos serviços, indo ao encontro do Novo Marco Legal de Saneamento Básico, o qual também estabelece que a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nos artigos 48 e 49 da Lei federal nº 11.445/2007 e com os planos de saneamento básico, condicionados à estruturação de prestação regionalizada e à adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente (incisos VII e VIII).

4. ANÁLISE

I – CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1. A Constituição Federal de 1988 traz em seus artigos 21, inciso XX, e 23, inciso IX, as principais disposições referentes à repartição de competências federativas no que diz respeito ao saneamento básico.

4.2. O artigo 21 trata das competências materiais da União por meio de prestação de serviços públicos ou da edição de atos administrativos e políticos afetos aos temas ali previstos. Nesse sentido, de acordo com o inciso XX do referido dispositivo constitucional, fundamental para a integração e coordenação federativa, compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

4.3. Já o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal estabelece a promoção de

programas de saneamento básico em um rol de competências compartilhadas entre os entes da Federação, denominadas “competências comuns”. Nesse caso, é dever de todos os entes da Federação a preocupação em proporcionar a melhoria das condições de saneamento básico, exigindo-se uma atuação conjunta e coordenada a fim de assegurar o interesse público e o cumprimento de metas de alcance social.

4.4. Com o Novo Marco Legal de Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020), os contornos da titularidade dos serviços de saneamento foram legalmente consagrados, conforme previsto abaixo:

“Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local;

II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

§ 1º O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal”.

4.5. O Estado e Municípios, portanto, exercem conjuntamente a titularidade dos serviços de saneamento básico (i) em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, no caso de interesse comum; (ii) por prestação organizada via “unidades regionais de saneamento básico” ou “blocos de controle”, que implica na gestão compartilhada da unidade regional como forma de assegurar o interesse comum; (iii) por gestão associada, através de consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal.

4.6. Conforme já mencionado nesta Nota Técnica, as URAEs foram criadas no Estado de São Paulo com a Lei Estadual nº 17.383/2021, fundamentada no artigo 3º, inciso VI, alínea ‘b’ da Lei Federal nº 11.445/2007, com redação conferida pela Lei Federal nº 14.026/2020, objetivando a prestação regionalizada dos serviços de saneamento.

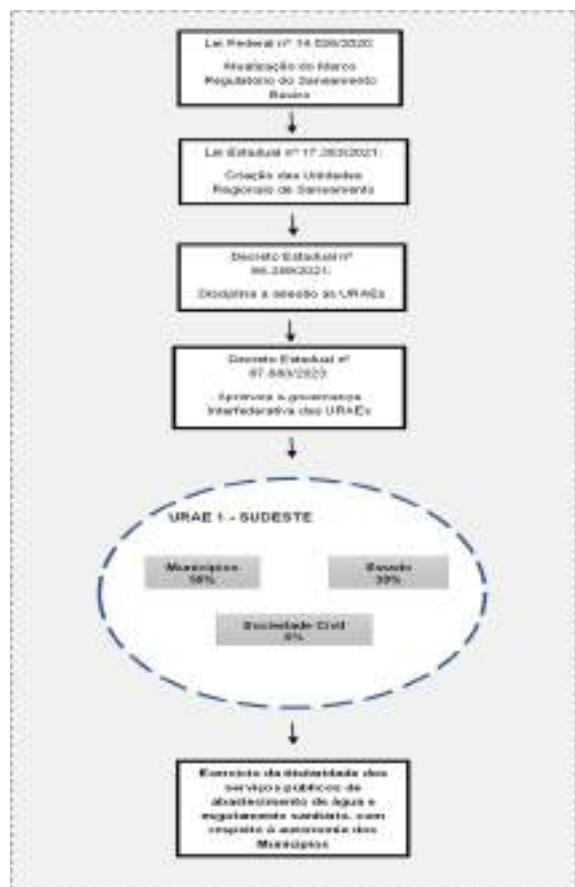
4.7. Nos termos do Decreto Estadual nº 66.289/2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 17.383/2021, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 67.880/2023, a partir da adesão dos Municípios, realizada por meio de termo constante do Anexo I do referido decreto, o exercício da titularidade e das funções relativas aos serviços públicos de água e esgoto ocorrerá no âmbito da própria URAE, viabilizado através de suas estruturas de governança interfederativa, cuja estrutura básica foi indicada no artigo 5º da Lei Estadual nº 17.383/2021.

4.8. Cabe lembrar que, a fim de assegurar a participação dos entes no Conselho Deliberativo e com o objetivo de estabelecer a proporcionalidade entre o Estado de São Paulo e seus Municípios, buscou-se implementar critério que afastasse concentração do poder decisório e que guardasse relação com a população residente, conforme já reconhecido pelo STF no âmbito da ADI nº 1842/RJ.

4.9. Dessa forma, para garantir a implementação da governança interfederativa, bem como promover o alinhamento de atuação entre os integrantes do Conselho Deliberativo, de forma proporcional e considerando também a participação da sociedade civil, tem-se os seguintes pesos no âmbito da prestação regionalizada, conforme artigo 6º do Decreto Estadual nº 66.289/2021: (i) representantes da sociedade civil, com a inclusão das populações rurais, originárias e tradicionais – peso de 6% do total do Colegiado (6% de 100%); (ii) Estado de São Paulo – peso de 38% do total do Colegiado (40,6% de 94%); (iii) Municípios – peso de 56% do total do Colegiado (59,4% de 94%), sendo este distribuído por Município também proporcionalmente, levando-se em conta a sua população em relação ao total contabilizado de sua URAE, reforçando que municípios inseridos em Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões deverão considerar 50% da sua população haja vista o exercício de cotitularidade com o Estado, em linha com o Novo Marco Legal de Saneamento Básico.

4.10. Abaixo, apresenta-se um fluxograma sintetizando o processo de regionalização da prestação dos serviços de água e esgoto no Estado de São Paulo e o seu reflexo no exercício da titularidade dos serviços.

Figura 1: Exercício da titularidade dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito da URAE 1-SUDESTE.



1.

4.11. A estrutura de governança segue o disposto no Estatuto da Metrópole, nos termos do artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 11.445/2007, com redação dada pela Lei Federal nº 14.026/2020. No mesmo sentido é o que estabelecem o artigo 5º da Lei Estadual nº 17.383/2021 e o artigo 2º, §2º, do Decreto Estadual nº 66.289/2021.

4.12. A governança interfederativa compreende o compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, conforme artigo 2º, inciso IV, do Estatuto da Metrópole.

4.13. Assim, todos os entes que compõem a unidade regional deverão participar e compartilhar responsabilidades em relação à organização, ao planejamento e à própria execução das funções públicas relativas à prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

4.14. **Plano Regional de Saneamento Básico.** O plano regional de saneamento básico dispensa a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico, sendo que as suas disposições prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem (Lei Federal nº 11.445/2007, artigo 17, §2º e §3º).

4.15. No âmbito das URAEs, a lei estadual alude aos planos regionais em seu artigo 2º, “caput”, sendo que o artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 66.289/2021 afirma ser competência do Conselho Deliberativo aprovar o plano regional.

4.16. Ainda, o artigo 19, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.026/2020, dispõe que serão considerados planos de saneamento básico os estudos que fundamentem a concessão ou privatização, desde que contenham os requisitos legais necessários.

II – DA MINUTA DE REGIMENTO INTERNO

4.17. Dentre as estruturas que compõem a governança interfederativa das URAEs, destaca-se a instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil, denominada Conselho Deliberativo, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Lei Estadual nº 17.383/2021 c/c artigo 2º, inciso II, do Decreto Estadual nº 66.289/2021.

4.17.1. Trata-se de órgão colegiado de caráter normativo e deliberativo, composto por representantes do Poder Executivo dos entes federativos da respectiva URAE e da sociedade civil, ao qual compete as decisões de planejamento e organização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

4.17.2. A proposição do Regimento Interno do Conselho Deliberativo tem como finalidade instrumentalizar a representação do Estado de São Paulo e dos Municípios que aderiram à unidade regional no exercício da titularidade conjunta dos serviços de água e esgoto.

4.17.3. Nesse sentido, o Regimento Interno do Conselho Deliberativo viabiliza a participação dos entes federados, além da própria sociedade civil, na tomada de decisões sobre o serviço de água e esgoto na área da respectiva unidade regional.

4.17.4. A aprovação do Regimento Interno do Conselho Deliberativo é fundamental para concretizar os objetivos perseguidos pela regionalização da prestação dos serviços: o atendimento de, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgoto, além de uma adequada prestação dos serviços de saneamento.

4.17.5. Apresenta-se, a seguir, as disposições do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, segregadas por seus capítulos, e as respectivas justificativas para sua proposição.

4.17.6. Da Natureza e finalidade do Conselho Deliberativo. O artigo 1º do Regimento Interno do Conselho Deliberativo estabelece sua natureza e finalidade, apontando para seu caráter normativo e deliberativo, além da finalidade de representar os entes federativos no exercício da titularidade conjunta dos serviços de água e esgoto.

4.17.7. Objetivos da prestação regionalizada dos serviços. O seu artigo 2º traz os objetivos da prestação regionalizada dos serviços, quais sejam, (i) promover a universalização dos serviços e sua antecipação para 2029; (ii) obter ganhos de escala; (iii) assegurar a viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços; (iv) a integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; (v) o aperfeiçoamento da gestão; e (vi) o atendimento às metas contratuais de modo universal e equânime.

4.17.8. Tais disposições são justificadas pelo próprio artigo 6º do Decreto Estadual nº 66.289/2021, com as alterações introduzidas pelo Decreto Estadual nº 67.880/2023 e artigo 5º, II, da Lei estadual n.º 17.383, de 05 de julho de 2021. Trata-se, portanto, de dar cumprimento ao disposto na legislação, a respeito do funcionamento da governança interfederativa.

4.17.9. Das Competências e atribuições do Conselho Deliberativo. As competências do Conselho Deliberativo estão arroladas no artigo 3º do Regimento Interno. Destaca-se que o Conselho Deliberativo exerce importante função no planejamento regional dos serviços, devendo aprovar o Plano Regional de Saneamento, previsto no artigo 17 da Lei Federal nº 11.445/2007, a saber: *“o serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos”*.

4.17.10. O Conselho Deliberativo também possui outras competências importantes, como definir a entidade responsável pela regulação dos serviços, aprovar eventual subdivisão da unidade regional para possibilitar a contratação de diferentes prestadores, aprovar o regimento interno da instância executiva, definir a forma de alocação de recursos e

prestação de contas, deliberar sobre a celebração de contratos, alterações de prazo, de objeto ou de demais cláusulas dos instrumentos vigentes, e do seu agrupamento em novo(s) contrato(s) de concessão, no âmbito dos Municípios mencionados no Anexo Único da Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, nos termos do artigo 14 da Lei federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, entre outros.

4.17.11. Tais competências são indispensáveis ao próprio funcionamento da URAE, sendo justificadas pelo seu caráter essencial à gestão integrada dos serviços de saneamento, possibilitando que temas sensíveis afetos ao exercício da titularidade conjunta dos serviços de saneamento sejam dirimidos no âmbito do Conselho Deliberativo.

4.17.12. Competências conjuntas do Estado e dos Municípios. O artigo 4º, inciso I, do Regimento Interno cuidou de prever as competências conjuntas do Estado e Municípios. O exercício da titularidade conjunta da prestação dos serviços de saneamento básico exige a cooperação entre entes federativos, que devem, por exemplo, colaborar na promoção de ações executadas pela Concessionária para redução da inadimplência, coibição de furtos de água, e conexão dos usuários às redes disponíveis, coibição do lançamento de águas pluviais na rede de esgoto, entre outros.

4.17.13. Todas essas medidas podem aprimorar a qualidade do serviço prestado, sendo benéficas ao interesse público. Esse rol de competências se justifica para esclarecer aos integrantes da URAE que tais medidas devem ser pensadas conjuntamente, evitando ações isoladas e descoordenadas entre os membros. Além de fixar as competências de Estados e Municípios, esses dispositivos servem para estimular o diálogo, a cooperação e a troca de informações entre os entes, para disseminação de boas práticas de gestão para o bom exercício das competências de cada membro.

4.17.14. Competências exclusivas do Estado e dos Municípios. Já as competências exclusivas do Estado e Municípios estão descritas no artigo 4º, incisos II e III, respectivamente. O Estado, por exemplo, tem a competência de apoiar a elaboração ou a revisão do plano regional, considerados os planos específicos dos MUNICÍPIOS, os estudos que fundamentam a desestatização da SABESP, conforme o parágrafo único do artigo 19 da Lei federal nº 14.026, de 2020, ou outros estudos a serem desenvolvidos nos termos das disposições contratuais do(s) contrato(s) de concessão. Essa competência é importante porque o planejamento regional deve estar compatível com a modernização contratual e regulatória inserida no contexto da desestatização da SABESP. Ainda, a condução de tal planejamento pelo Estado retira o ônus dos Municípios, que antes precisavam contratar consultorias para desenvolver seus planos municipais de forma isolada.

4.17.15. Outra competência importante do Estado é disponibilizar estrutura física e administrativa para o funcionamento do Conselho Deliberativo e dos Comitês Técnicos. Com esses dispositivos, fica claro que os Municípios não terão despesas imprevistas no custeio do funcionamento do Conselho Deliberativo.

4.17.16. No rol de competências dos Municípios, merece destaque o respeito à sua autonomia e a prerrogativa de, por exemplo, indicar os investimentos prioritários que devem ser incluídos em eventuais revisões do Plano Regional de Saneamento Básico e decidir sobre a conformidade do uso e ocupação do solo, sempre que aplicável.

4.17.17. Destaca-se que, no exercício de suas competências, o Conselho Deliberativo deverá observar a prevalência do interesse comum sobre o local e as especificidades dos Municípios integrantes, nos termos do Plano Regional de Saneamento, na forma do artigo 5º do Regimento Interno.

4.17.18. Da organização e funcionamento do Conselho Deliberativo. A organização e funcionamento do Conselho Deliberativo estão estabelecidas nos artigos 6º a 26 do Regimento Interno. Mais especificamente, a estrutura do Conselho Deliberativo está tratada nos artigos 6º a 11, e a forma de condução de suas reuniões encontra-se prevista nos artigos 12 a 26.

4.17.19. No que se refere à estrutura, indica-se a composição do Conselho

Deliberativo, formado por 1 (um) representante do Estado, 1 (um) representante de cada Município, e até 7 (sete) representantes da sociedade civil, todos com direito a voto, ponderados para fins de deliberação do Colegiado de acordo com o disposto anteriormente (art. 6º do Decreto Estadual nº 66.289/2021), que será atualizado pela Secretaria Executiva sempre que a composição da URAE sofrer qualquer alteração.

4.17.20. Os representantes do Estado e Municípios serão indicados, respectivamente, pelo Governador e pelos Prefeitos, e os membros representantes da sociedade civil serão indicados de acordo com a sistemática estabelecida na Resolução SEMIL nº 74/2023, cabendo ao Secretário Executivo do Conselho Deliberativo ou ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística dar posse aos membros do Colegiado em até 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento das indicações.

4.17.21. A fim de apoiar a atuação do Colegiado e o desempenho de suas atribuições, o Conselho Deliberativo contará com Coordenador, Suplente de Coordenador e Secretário Executivo, cujas competências também estão definidas no Regimento Interno.

4.17.22. Reuniões do Conselho Deliberativo. Definem-se as regras para a realização das reuniões do Conselho Deliberativo ordinária ou extraordinariamente. Além disso, o Regimento Interno define o quórum mínimo para a instalação das sessões do Conselho Deliberativo e para a própria votação das matérias submetidas ao Colegiado. O Coordenador e o Suplente serão eleitos pelo Conselho Deliberativo, por maioria simples e voto secreto, e terão mandato de 2 (dois) anos.

4.17.23. Função do Coordenador do Conselho Deliberativo. O Coordenador terá a função de representar a URAE nas esferas judiciais e administrativas, podendo também assinar contratos de concessão, dirigir e coordenar atividades do Conselho Deliberativo, convocar e presidir reuniões, relatar matérias submetidas à apreciação do Conselho Deliberativo. O Suplente poderá substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos. Por fim, também está prevista a posição de Secretário Executivo, que deverá auxiliar o coordenador no desempenho de suas funções.

4.17.24. Periodicidade das reuniões do Conselho Deliberativo. As reuniões ordinárias estão previstas para ocorrer a cada 6 (seis) meses, ou extraordinariamente, quando convocadas pelo coordenador ou por solicitação da maioria simples de seus membros. Entende-se que tal periodicidade é suficiente para manter o contato contínuo entre os entes federativos para a boa gestão dos interesses comuns da URAE, sem prejuízo de serem convocadas reuniões extraordinárias, no caso de assuntos urgentes ou de caráter específico que demandem resolução imediata.

4.17.25. Ademais, o Regimento Interno dispõe dos detalhes das regras de funcionamento das reuniões, sendo tais disposições justificadas pela necessidade de orientar os membros a respeito do funcionamento administrativo, de forma semelhante a outros conselhos existentes na gestão pública.

4.17.26. Participação popular. Assegura-se a participação popular nas matérias de competência do Conselho Deliberativo, nos termos dos artigos 27 a 36 do Regimento Interno, sendo que, nos artigos 29 a 36, apresentam-se as disposições relativas à realização de audiências públicas pelo Conselho Diretor. Conforme previsto, serão convocadas audiências públicas sempre que necessário para que o Conselho Deliberativo possa expor suas deliberações referentes aos estudos e planos em andamento.

4.17.27. As seguintes formas de participação social (popular) estão previstas no artigo 27: (i) divulgação de planos, programas projetos e propostas com antecedência mínima de 30 dias; (ii) acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental; (iii) possibilidade de representação por discordância e de comparecimento à reunião do Conselho Deliberativo para sustentação; (iv) possibilidade de solicitação de audiência pública para esclarecimentos.

4.17.28. Os Comitês Técnicos, a serem tratados mais adiante, poderão ser convocados para exposição ou esclarecimento de dúvidas surgidas ou levantadas durante a

audiência pública.

4.17.29. Nesse sentido, a participação social está em pleno acordo com o princípio da publicidade, regente de toda e qualquer atividade da Administração Pública, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

4.17.30. A Lei Estadual nº 10.177/1998, que regula o processo administrativo no Estado de São Paulo, dispõe em seu artigo 28 que *“quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, autorizar consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada”*.

4.17.31. Os diversos meios de participação social são os caminhos pelos quais se efetiva a motivação dos atos da Administração Pública. Trata-se de prestar esclarecimentos à população a respeito das ações em fase de estudo pela URAE, orientando o porquê das medidas administrativas tomadas.

4.17.32. Comitês Técnicos. O Conselho Deliberativo contará com comitês técnicos, de caráter permanente ou transitório, conforme estabelecido nos artigos 37 a 44. Necessariamente, deverá haver um comitê técnico de caráter permanente, composto por membros indicados pelo Estado e pelos Municípios, com o objetivo de acompanhar e monitorar a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na URAE 1.

4.17.33. Embora a configuração da URAE 1 – SUDESTE já considere a área atendível da SABESP e privilegie, portanto, os aspectos de gestão e governança do saneamento nesses Municípios, há uma diversidade considerável de situações nos 375 Municípios atendidos. Essa configuração requer tratamentos e estratégias diferenciadas de abordagem para a viabilização e garantia de investimentos em todas as regiões da URAE-1 – SUDESTE e o consequente alcance das metas da universalização nos Municípios.

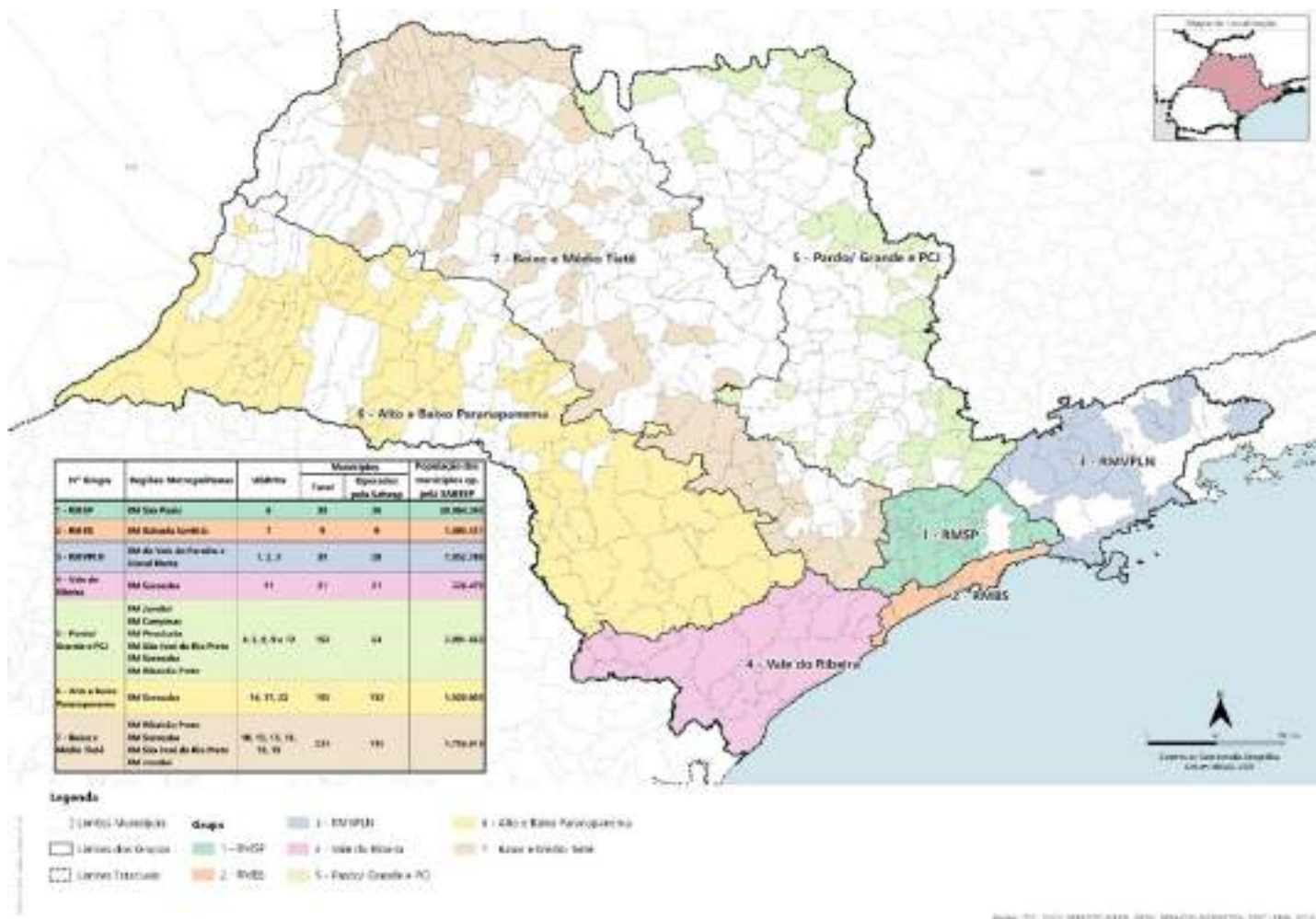
4.17.34. Diante das especificidades locais e regionais, considerou-se, tanto para o fim de avaliação das metas de cobertura no âmbito do contrato agrupado que se pretende para a URAE 1 - SUDESTE, quanto para a proposição dos presentes comitês técnicos, os recortes das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), as quais possuem planejamento e estruturas de gestão consolidadas. Sobre a territorialidade das UGRHs, concentrou-se o esforço inicial de definição dos agrupamentos, com a ressalva de que os limites político-administrativos municipais nem sempre coincidem com os limites das bacias hidrográficas.

4.17.35. Ainda, foram considerados, para os referidos agrupamentos, Municípios vizinhos que, pelas semelhanças entre si – como pertencerem predominantemente a uma Região Metropolitana ou compartilharem de uma mesma rede hidrográfica principal –, faz sentido compartilhar metas de cobertura por recorte territorial e as atribuições constantes dos comitês, a seguir delineadas. Essa abordagem objetiva conciliar a lógica da prestação regionalizada preconizada pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, a busca de sinergias entre Municípios semelhantes e a garantia de que todos os recortes territoriais dos 375 Municípios da URAE 1 – SUDESTE alcancem a universalização dos serviços.

4.17.36. Deste modo, ponderadas as premissas e critérios enunciados, são já propostos os seguintes 7 (sete) comitês técnicos no âmbito da URAE 1 – SUDESTE:

- 1 - Região Metropolitana de São Paulo;
- 2 - Região Metropolitana da Baixada Santista;
- 3 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- 4 – Região do Vale do Ribeira;
- 5 – Região do Pardo/ Grande e PCJ;
- 6 - Região do Alto e Baixo Paranapanema;
- 7 - Região do Baixo e Médio Tietê.

Figura 1 – Agrupamentos de Municípios definidos para a URAE 1 – SUDESTE



4.17.37. Os membros indicados para compor esses comitês técnicos de caráter permanente deverão possuir expertise relacionada à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As reuniões dos comitês técnicos deverão ser convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e a sua realização depende da presença da maioria simples de seus membros.

4.17.38. É certo que os serviços de saneamento básico são tecnicamente complexos, sendo importante que os entes federativos possam contar com o apoio de especialistas no setor de saneamento, tanto em aspectos de engenharia, quanto em aspectos econômico-financeiros e jurídicos.

4.17.39. A previsão dos Comitês Técnicos busca abrir um foro de discussão e debate de temas sensíveis do interesse local de cada região. Por exemplo, uma circunstância ambiental que compromete a prestação dos serviços na Região Metropolitana da Baixada Santista pode demandar uma discussão específica no âmbito do Comitê Técnico especializado.

4.17.40. O Regimento Interno permite que o coordenador de cada Comitê Técnico convide pessoas de notório conhecimento para fornecer subsídios aos trabalhos. Todos os documentos produzidos pelos comitês técnicos, tais como pareceres, manifestações e estudos, bem como convocações e atas, autuados em processos próprios, serão obrigatoriamente encaminhados, ao final dos trabalhos, ao Secretário Executivo, para submissão ao Conselho Deliberativo e, se for o caso, arquivamento e conservação.

4.17.41. Efeitos da não observância das Deliberações do Conselho Deliberativo e do procedimento de saída dos Municípios Os efeitos da não observância das deliberações do Conselho Deliberativo e do procedimento de saída dos Municípios estão

estabelecidos nos artigos 45 a 47 do Regimento Interno.

4.17.42. As decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo seguem o princípio majoritário e são vinculantes para todos os integrantes da URAE 1 - SUDESTE, incluindo aqueles que tenham manifestado dissidência ou abstenção quando da correspondente deliberação.

4.17.43. Se, porventura, algum Município optar por se retirar da URAE 1 - SUDESTE após a celebração de contratos ou outros instrumentos congêneres para a prestação regionalizada dos serviços, ou pela unificação em novo contrato regionalizado, sua saída estará condicionada ao prévio pagamento das indenizações devidas à SABESP ou à futura concessionária, sem prejuízo dela permanecer operando a prestação dos serviços até que ocorra o pagamento integral do valor a ela devido.

4.17.44. A indenização devida será calculada pela ARSESP ou pela agência que vier a ser definida pela URAE 1 - SUDESTE, apurando-se os investimentos realizados no Município, assim como eventuais repartições decorrentes de investimentos em instalações compartilhadas com outros Municípios, incluindo estações de tratamento de água, de esgoto, entre outras. Esse aspecto é importante, por exemplo, no caso de Municípios conurbados ou em regiões metropolitanas, que possuem compartilhamento de infraestrutura, e, em tais casos, pode haver investimentos que atendam mais de um município

4.17.45. A metodologia do cálculo será definida pela ARSESP, observado, no que couber, normas editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

4.17.46. A saída do Município também estará condicionada à celebração do contrato de interdependência entre o Município, a URAE 1 - SUDESTE e a SABESP ou futura concessionária, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.445/2007, sempre que o ativo atender a mais de um Município.

4.17.47. Entende-se que essas regras são fundamentais para garantir a aplicação (*enforcement*) das decisões do Conselho Deliberativo e evitar que determinados Municípios descumpram as decisões regionais, em contrariedade aos interesses da totalidade dos Municípios membros.

4.17.48. Rateio do ônus financeiro e indenizações decorrentes do(s) contrato(s) de concessão. As regras para o rateio do ônus financeiro e indenizações decorrentes do contrato de concessão estão previstas nos artigos 48 e 49 do Regimento Interno. Caso o poder concedente seja responsabilizado por determinação da ARSESP ou de futura Agência, ou em virtude de decisão arbitral ou judicial, em decorrência da materialização de riscos contratuais ou extracontratuais que lhe tenham sido alocados, o Estado e os Municípios se comprometem a partilhar os ônus decorrentes, observada a participação relativa de cada qual no impacto econômico do risco em questão.

4.17.49. Se o Estado ou o Município for integralmente responsável pela ocorrência do evento, o pagamento do ônus decorrente da obrigação de indenizar recairá exclusivamente sobre aquele(s) que tiver(em) dado causa ao evento. Será devida indenização à SABESP ou à futura concessionária por ocasião da extinção do(s) contrato(s) de concessão. A indenização deverá cobrir o montante dos investimentos não amortizados ou depreciados, realizados em bens reversíveis, descontadas as multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos ao poder concedente, na forma prevista contratualmente.

4.17.50. Para fins de cálculo da indenização, a SABESP ou a futura concessionária deverá registrar em separado os investimentos realizados por Município. Tais medidas são importantes para delimitar a responsabilidade de cada município no custeio das indenizações, evitando que determinados entes sejam obrigados a arcar com indenizações decorrentes de eventos causados por outros entes federativos.

4.17.51. Um aspecto importante a ser salientado é o dever de a Concessionária

efetuar a contabilidade de forma segregada dos investimentos realizados em cada município, o que pode vir a facilitar o cálculo do saldo de investimentos não amortizados, que devem ser indenizados.

4.17.52. Disposições finais do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. As disposições finais estão elencadas nos artigos 50 a 52. Em suma, o Regimento Interno somente poderá ser alterado por voto da maioria simples dos membros do Conselho Deliberativo. Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador, nos limites da sua competência e obedecidas as disposições contidas na Lei estadual n.º 17.383/2021 e no Decreto estadual n.º 66.289/2021, na redação atribuída pelo Decreto estadual n.º 67.880/2023. O Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pela maioria simples dos membros do Conselho Deliberativo.

4.17.53. Disposições transitórias do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. É prevista ainda disposição transitória, como artigo 53, para a hipótese do município que se recusar a implementar a deliberação do Conselho Deliberativo para o agrupamento em novo contrato regionalizado de concessão (artigo 14 da Lei federal nº 14.026/2020), poderá manter o atual contrato junto à SABESP, contudo, será desligado da sistemática de prestação regionalizada da URAE 1 – Sudeste e não contará com os benefícios e o regime tarifário decorrentes do processo de desestatização, devendo ser recalculada a sua tarifa individual com fundamento nas suas ligações, nos seus ativos vinculados e nos investimentos que ali ainda sejam necessários, sendo que os municípios integrantes de região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, que efetivamente compartilhem instalações operacionais, deverão submeter sua decisão aos cotitulares dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em observância ao artigo 8º da Lei federal nº 11.445/2007.

5. CONCLUSÃO

5.1. Ante todo o exposto, pretende-se a implementação efetiva da estrutura de governança interfederativa da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário - URAE 1 – Sudeste, sendo ponto fundamental para o avanço do processo de universalização dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo e da adequada prestação dos correlatos serviços.

5.2. Dessa forma, é imprescindível a elaboração de regimento interno, nos termos fundamentados na presente Nota e conforme minuta apresentada em anexo. Recomenda-se, assim, o encaminhamento desta com os arquivos que a acompanham para apreciação e emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, por meio da Consultoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL – CJ/SEMIL.

Samanta Souza

Respondendo pelas atividades de
Recursos Hídricos e Saneamento Básico – SRSB da
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL - SEMIL

Estamos de acordo com a Nota Técnica.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado, por meio da Consultoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, para emissão de parecer jurídico.

Natália Resende Andrade Ávila

Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL



Documento assinado eletronicamente por **Samanta Ivonete Salvador Tavares De Souza, Subsecretária**, em 18/01/2024, às 21:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no



Documento assinado eletronicamente por **Natália Resende Andrade Ávila, Secretária de Estado**, em 19/01/2024, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0017531743** e o código CRC **2C93D3E8**.